

FATORES EXPLICATIVOS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASIL-ARGENTINA NO PERÍODO 1992-2002

RICARDO RONDINEL¹
OLINDA BARCELLOS²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como se comportou o comércio exterior Brasil-Argentina, a partir dos anos 90, no contexto da criação do Mercosul e de alterações significativas que ocorreram nas políticas cambiais de ambos países. A metodologia utilizada é a análise de regressão através da qual se procura verificar o grau de explicação, que as variáveis taxa de câmbio Real brasileiro/Peso argentino, Produção do Brasil e Produção da Argentina, têm das oscilações no saldo da balança comercial entre esses países. Como referencial o artigo apresenta alguns conceitos teóricos sobre a importância da coordenação de políticas macroeconômicas diante de um processo de integração regional. A conclusão da pesquisa mostra que 69% das variações da balança comercial Brasil-Argentina são explicadas pelas variáveis do modelo e que a falta de coordenação, sobretudo de políticas cambiais, pode inviabilizar o avanço da integração entre os dois países.

Palavras-chave: Comércio exterior Brasil-Argentina; Mercosul; Integração Econômica.

Abstract

This article has as objective analyzes as behaved the external trade Brazil-Argentina, starting from the nineties, in the context of the creation of Mercosul and of significant alterations that happened in the exchange politics of both countries. The used methodology is analyzes of regression through which try to verify the explanation degree that the variables rate of exchange Brazilian Real / Argentinean Peso, Production of Brazil and Production of Argentina have of the oscillations in the balance of the trade balance among those countries. As reference mark the article presents some theoretical concepts on the importance of the coordination of politics macroeconomic before a process of regional integration. The conclusion of the research shows that 69% of the variations of the trade balance Brazil-Argentina is explained by the variables of the model and that the coordination lack, above all of exchange politics, it can make unfeasible the progress of the integration among the two countries.

Keywords: External trade Brazil-Argentina; Mercosul; Economical integration.

Introdução

Os anos 90 significaram para o Brasil e a Argentina um momento histórico no qual as duas economias priorizaram a estabilidade econômica, o combate à inflação, como pré-requisito para recuperação do crescimento econômico. A Argentina implementou o Plano Cavallo em 1991, através do qual se conseguiu derrotar a hiperinflação que assolou esse país nos anos 80.

Este plano junto com outras políticas como a de privatizações, a da abertura externa, a criação do Mercosul e o congelamento da taxa de câmbio tiveram reflexos no desempenho do comércio exterior com o Brasil.

No Brasil nos anos 90 também houve várias tentativas de conter a inflação. As políticas cambiais, na primeira metade dos anos 90, mantiveram a taxa de câmbio da moeda nacional depreciada. Na segunda metade dos anos 90, no contexto do Plano Real, aconteceu o inverso, o câmbio foi apreciado. Da mesma forma que no caso da Argentina a agenda da política econômica foi semelhante. Sob influência do *Consenso de Washington*, ambos países utilizaram o binômio juro alto e câmbio apreciado para conter a inflação. Também as privatizações, a redução do tamanho do estado, a abertura comercial e financeira foram políticas implementadas neles.

¹ Economista e Professor dos Cursos de Ciências Econômicas e do Mestrado em Integração Latino-americana da Universidade Federal de Santa Maria.

² Economista e Mestranda em Integração Latino-americana na UFSM.

O presente artigo tem como objetivo identificar as influências que exercem as variações, na taxa de câmbio real Real-brasileiro/Peso-argentino, no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e no Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina, no saldo da balança comercial Brasil-Argentina. Além disso, analisar o desempenho da balança comercial entre os dois países e a participação da Argentina no comércio exterior do Brasil.

Uma das variáveis importantes a ser analisada num processo de integração é o comportamento da taxa de câmbio, pois flutuações reais dessa taxa causam impacto na competitividade das exportações de um país.

O ciclo econômico dos dois países também está relacionado, pois nos anos 90 houve um aumento significativo do comércio exterior entre os dois países e segundo a teoria econômica o crescimento das importações de um país (o Brasil) é uma função do crescimento do produto do outro país (a Argentina) e vice-versa.

A metodologia utilizada é a análise de regressão múltipla, que permite encontrar o grau de explicação das variações de uma variável dependente, o saldo na balança comercial Brasil-Argentina, em função das variações das variáveis explicativas que são a taxa de câmbio real Real/Peso, o PIB do Brasil e o PIB da Argentina. Os dados trabalhados foram coletados junto a órgãos estatísticos dos dois países e foram trabalhados em séries trimestrais de dados para o período 1992-2002.

O artigo está dividido em cinco itens, incluindo esta introdução. No segundo item será discutida a importância da coordenação de políticas macroeconômicas num processo de integração regional. Já no terceiro item é apresentada uma análise do comércio bilateral Brasil-Argentina. Finalmente é apresentada a conclusão do artigo.

A importância da taxa de câmbio num processo de integração

A preocupação com a coordenação de políticas macroeconômicas data do século XIX, quando alguns clássicos, entre eles

Adam Smith e David Ricardo, mudaram a percepção do comércio internacional que até então prevalecia, a idéia mercantilista baseada no superávit comercial com a intenção de aumentar a riqueza dos países em ouro.

No século XX, o acordo de Bretton Woods³ tornou-se uma importante ferramenta para coordenar internacionalmente as políticas macroeconômicas. Segundo FREITAS (1995, p.3), a coordenação das políticas macroeconômicas é importante para "inibir desequilíbrios crônicos e acelerar a recuperação do equilíbrio, evitando flutuações excessivas de taxas de juros, de taxas de câmbio, de reservas internacionais e de renda".

Após o acordo de Plaza⁴ em 1985, tornou-se consenso de que haveria necessidade de uma coordenação internacional das políticas macroeconômicas. Nesse contexto com o aumento no número de acordos de integração regional, tornava-se importante a coordenação de políticas macroeconômicas, pois mudanças em preços importantes, como câmbio e juros, afetavam a competitividade internacional de um país ou bloco econômico, o que, por sua vez, poderia influenciar no fluxo de investimento estrangeiro direto e comércio exterior entre as nações que participavam de bloco econômico.

Diante disso, a análise de variáveis que influenciam o balanço de pagamentos é um ponto fundamental da coordenação das políticas macroeconômicas referente às taxas de câmbio e de juros. Para (FREITAS, 1995, p.5) a existência de desequilíbrios crônicos ou de desequilíbrios de curta duração, porém de grande magnitude, vai ser determinado pelo mix de políticas cambiais e monetárias. (...) o país com o mix errado de taxas

³ Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods (New Hamps-Hire, Estados Unidos), onde estiveram presentes os representantes de 44 países com a finalidade de planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais que foram prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial.

⁴ Por volta de setembro de 1985 os países mais ricos do mundo reunidos no G-5 celebraram o Acordo de Plaza. Por este acordo, foi decidida a depreciação do dólar e estabeleceu-se uma coordenação de políticas macroeconômicas. Em consequência, entre 1985 e 1990 o dólar se depreciou e se iniciou uma das primeiras experiências internacionais de coordenação de políticas macroeconômicas.

de juros e câmbio, ao se prejudicar, determina igualmente externalidades negativas, espalhando as perdas pelas demais economias que com ele são entrelaçadas.

Posto isso, é compreensível que a coordenação das políticas macroeconômicas através de suas principais variáveis, ou seja, uma taxa de câmbio e de juros compatível com as necessidades do balanço de pagamento, torne-se importante para países que objetivem ingressar no mercado internacional. A coordenação das políticas macroeconômicas é uma exigência básica para os países que visem à integração em blocos econômicos regionais.

Um aspecto fundamental na teoria de integração econômica diz respeito à taxa de câmbio, assim é necessário que exista um acordo que limite a flutuação cambial entre os participantes de um processo de integração. A convertibilidade para transações comerciais é um dos principais requisitos para o sucesso da União Aduaneira⁵ e, posteriormente, da União Monetária, que significa o estabelecimento de um mercado de capitais unificado. A integração monetária, para ROBSON (1985), requer duas condições:

i. Que exista uma relação permanentemente fixa das taxas de câmbio dos Estados-membros;

ii. No caso de ausência de controle cambial dentro da área, que exista a convertibilidade.

A integração econômica pressupõe a existência de uma taxa de câmbio constante entre as moedas dos Estados-membros. Tal como ROBSON (1985) mostrou, as autoridades nacionais buscam atingir tanto o equilíbrio interno como externo através da manutenção da flexibilidade da taxa de câmbio. Para atingir o equilíbrio interno, no sentido do pleno emprego, é utilizada a política monetária que atua sobre a procura. A política cambial é utilizada para atingir o equilíbrio externo com relação ao equilíbrio da

balança de pagamentos. Segundo esse autor, se um Estado-membro dispuser de apenas um só mecanismo de equilíbrio, possivelmente irá surgir conflitos entre os participantes da união aduaneira.

Alterações na política cambial de um Estado-membro (desvalorização da moeda) torna o investimento mais caro para as empresas do país que desejam se instalar nos outros países do bloco. Entretanto, os preços do país que desvalorizou a moeda ficam mais competitivos para exportar, como também aumenta a atratividade para novos investimentos no país, prejudicando os outros países membros do bloco econômico.

As distorções nas taxas de câmbio ocasionam distorções no fluxo de comércio, o que contraria o proposto no acordo de integração. A variabilidade das taxas de câmbio reduz as possibilidades de sucesso na integração entre os países membros de um bloco econômico.

Ainda em relação às distorções no fluxo de comércio, KRUGMAN aponta para a seguinte conclusão:

quando a moeda de um país é depreciada os estrangeiros acham que suas exportações estão mais baratas e os residentes domésticos acham que as importações do estrangeiro estão mais caras. Uma apreciação tem efeitos opostos: os estrangeiros pagam mais pelos produtos do país e os consumidores domésticos pagam menos pelos produtos estrangeiros (KRUGMAN E OBSTFELD, 2001, p.342).

A coordenação da política cambial é de total importância para a integração das relações comerciais e financeiras dos agentes econômicos, e desta maneira, a política cambial contribui de forma decisiva para o equilíbrio da balança comercial e do balanço de pagamentos. Mais ainda, a instabilidade do câmbio, que causa desequilíbrios da balança comercial intrabloco, pode gerar medidas contrárias ao processo de integração, como por exemplo: adotar mecanismos de controle de importações, aumento das

⁵ Etapa de um processo de integração econômica caracterizada pela eliminação de impostos de importação entre as nações membro da União e, por outro lado, pela existência de uma política comercial comum em relação às nações não membros da referida União Aduaneira.

alíquotas tarifárias, desconfiança entre os países, enfim, causando um retrocesso no processo de integração e na abertura da economia.

Para conhecer em que nível se encontra a taxa de câmbio, torna-se importante destacar o conceito de taxa de câmbio real⁶. De acordo com ZINI (1995, p.128), o conceito de taxa de câmbio real pode ser visto sob dois aspectos: "A taxa de câmbio real é uma medida do poder aquisitivo de um país. Ao mesmo tempo, é uma medida de competitividade externa dos bens produzidos no país relativamente aos bens produzidos no resto do mundo".

Segundo ZINI (1993), a literatura sobre câmbio sugere um conjunto de indicadores para a obtenção da taxa de câmbio real. Assim a taxa de câmbio real é definida como o produto da taxa de câmbio efetiva nominal vezes a razão entre os preços internos e externos, este conceito incorpora a teoria de Paridade do Poder de Compra⁷ (PPC), onde assume que os preços são arbitrados internacionalmente.

A PPC pode ser expressa da seguinte forma:

$$eppc = e \times P^*/P$$

onde:

eppc = taxa de câmbio real

e = taxa de câmbio nominal

P* = índice de preços internacional

P = índice de preços domésticos

Segundo KRUGMAN E OBSTFELD (2001, p.406), a teoria da paridade do poder de compra (PPC)⁸, "explica os movimentos na taxa de câmbio entre as moedas de dois países por mudanças nos níveis de preços dos países".

Conforme o que foi citado anteriormente, a coordenação macroeconômica pode ser entendida como a coordenação das variáveis que regulam o balanço de pagamentos, ou seja, taxas de câmbio e taxas de juros. Para FREITAS (1995), a coordenação pode ser automática ou monitorada, sendo que em qualquer regime que se encontra a taxa de câmbio, fixa ou flutuante, admite-se processos automáticos ou monitorados. Porém, quase sempre a taxa de câmbio fixa está associada a processos automáticos de coordenação e a taxa de câmbio flutuante está associada a processos de coordenação monitorados.

Segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001, p.504), o banco central intervêm no mercado de câmbio para fixar as taxas de câmbio da moeda doméstica através da intervenção cambial, ou seja, "para manter a taxa de câmbio constante, o banco central deve sempre comercializar moedas a uma taxa de câmbio fixa, com os agentes privados no mercado de câmbio". Posto isso, pode-se analisar os efeitos de algumas políticas macroeconômicas, como por exemplo: a política monetária e política fiscal. Lembra-se que quando o banco central fixa a taxa de câmbio, ele perde a capacidade de influenciar na economia através da política monetária, fazendo com que a política fiscal se torne a ferramenta principal de ajuste à produção e o emprego.

A política monetária, sob taxa de câmbio fixa, possui limitados poderes para ofertar moeda ou produção de um modo geral. Sob uma taxa de câmbio fixa,

... o banco central resistirá a qualquer tendência de depreciação da moeda vendendo ativos estrangeiros em troca de moeda doméstica e removendo o excesso de oferta de moeda inicial causada quando de sua mudança de política. Como qualquer aumento na oferta de moeda doméstica, independente de quão pequeno, causa uma depreciação da moeda doméstica, o banco central deve continuar vendendo ativos estrangeiros até que a oferta de moeda retorne ao seu nível original (KRUGMAN e OBSTFELD, 2001, P.508).

⁶ Segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001, p. 428), "a taxa de câmbio real entre as moedas de dois países é uma medida resumida da amplitude dos preços dos bens e serviços de um país relativamente aos de outro".

⁷ Segundo ZINI (1995, p. 110), "A PPP estabelece que os preços são comparáveis em economias abertas devido ao processo de arbitragem internacional, e a taxa de conversão desses preços entre economias (a taxa de câmbio) reflete os níveis de preços nominais".

⁸ Para KRUGMAN e OBSTFELD (2001, p. 407), a PPC "indica que todos os níveis de preços dos países são iguais quando medidos em termos da mesma moeda".

A política fiscal, sob taxa de câmbio fixa é uma importante ferramenta para ser usada com vistas a aumentar a produção e o emprego. Uma política fiscal expansionista causa um aumento de produção e da taxa de juros doméstica, a qual irá resultar em uma apreciação da moeda⁹ (a taxa de câmbio cai).

O regime de taxa de câmbio fixo apresenta as seguintes vantagens. Tende a gerar menos inflação, pois exige uma maior regulação nos preços; a especulação tende a ser estabilizadora, diante da ausência de desequilíbrios macroeconômicos e há menor grau de incerteza no mercado e nas finanças internacionais.

Com o abandono do regime de taxas de câmbio fixas, em 1971, após o acordo Smithsonian¹⁰ as economias dos países passaram a conviver com a flexibilidade das taxas de câmbio. Iniciava-se assim o regime de flutuação administrada que é o regime cambial preponderante atualmente.

O comércio bilateral Brasil-Argentina

Neste item é feita uma análise da importância que tem a política cambial para o processo de integração econômica. Também são analisadas as variáveis PIB do Brasil e da Argentina e taxa de câmbio real Real/Peso procurando explicitar seu grau de influência no fluxo de comércio exterior entre Brasil e Argentina.

A integração regional e a política cambial

Em 1985 o Brasil e a Argentina assinaram a Declaração Foz do Iguaçu com a fina-

lidade de criar um Acordo Preferencial de Comércio Exterior entre os dois países, tendo como base os princípios de flexibilidade, aplicação gradual, equilíbrio e simetria, com objetivo de expandir o comércio entre os dois países. Mais adiante, em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com o objetivo de consolidar um espaço econômico comum em 10 anos, através da liberalização comercial e da homogeneização das políticas macroeconômicas.

Já na década de 90 houve uma maior aproximação do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul. O Tratado de Assunção de 1991 firmou esta aproximação do Brasil com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, iniciando assim um processo de integração econômica com vistas a reduções progressivas das barreiras tarifárias.

Também no início da década de 90, tanto o Brasil como a Argentina implementaram políticas de estabilização visando o combate à inflação, tendo como consequências fortes impactos nas taxas de câmbio reais desses países.

Em 1991 a Argentina adotou o Plano Cavallo através do qual foi fixada a taxa de câmbio ao nível de um peso por dólar americano, paridade que permaneceu até março de 2002 quando, finalmente, o peso argentino, já muito valorizado, foi desvalorizado em relação ao dólar americano. Com o regime de câmbio fixo ocorreu uma valorização da ordem de 36% da moeda Argentina nos anos 1992 e 1993. Mesmo com o Plano Cavallo¹¹ a inflação caiu de 171%, em 1991, para 25%, em 1992, e 11% em 1993. Esta inflação residual junto com o congelamento da taxa de câmbio 1 Peso = 1 Dólar provocaram a perda de competitividade das exportações argentinas. Como o cenário econômico era propício para novos investimentos, o PIB argentino apresentou entre 1991 e 1994 um crescimento de 24%, ou 7,3% ao ano,

⁹ Diante de uma política fiscal expansionista, como a intervenção do banco central irá manter a taxa de câmbio fixa? Segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001, p.509), "inicialmente, há um excesso de demanda de moeda porque o aumento da produção aumenta a demanda por moeda. Para impedir que o excesso de demanda de moeda eleve a taxa de juros doméstica e aprecie a moeda, o banco central deve comprar ativo estrangeiro com dinheiro, aumentando assim a oferta de moeda".

¹⁰ Através do Acordo Smithsonian, os países do G-10, definiram que haveria uma desvalorização do dólar frente ao ouro, abandonando a cotação fixa de US\$ 35,00 a onça-troy, com desvalorização de 9%, chegando assim a US\$ 38,00 a onça-troy.

¹¹ O Plano de Conversibilidade Argentino não previu que haveria uma inflação residual significativa, como houve entre 1991 e 1993. A aposta do Ministro Cavallo era de que o aumento na produtividade dos fatores melhoraria a competitividade das exportações argentinas, que tinha piorado com a apreciação do peso argentino.

uma taxa alta para uma econômica latino-americana.

Em 1994, o Brasil implementou o Plano Real. O Banco Central fixou inicialmente a taxa de câmbio na cotação de 1 Real = 1 Dólar, porém permitiu que a taxa de câmbio flutuasse, causando uma apreciação do Real devido ao excesso de oferta de dólares no mercado. Assim com o Plano Real a paridade cambial entre Brasil e Argentina foi afetada e o fluxo de comércio, que responde às variações da taxa de câmbio real segundo a teoria econômica, foi alterado passando o Brasil a ter déficits na balança comercial com a Argentina.

Posto isso, era notória a existência de divergência entre as políticas cambiais desses dois países de forma a afetar a competitividade relativa de seus produtos. De um lado, a Argentina utilizando um sistema de câmbio fixo com paridade Peso/Dólar; de outro, o Brasil utilizando paridade ajustável com bandas.

Atualmente, o maior desafio do Mercosul é coordenar as estratégias de crescimento dos países do bloco. Existe divergência na coordenação de políticas macroeconômicas, os Estados atuam individualmente sem uma entidade única representativa. O Mercosul ainda não chegou ao estágio de integração em todos os níveis, pode ser considerada uma união aduaneira imperfeita. Segundo VEGAS (1999), juntamente com a assinatura do Tratado de Assunção, os países membros do bloco iniciaram um processo de abertura econômica com vistas a melhorar a eficiência relativa dos seus setores produtivos.

3.2 Fatores que influenciam o comportamento da balança comercial Brasil-Argentina

Neste item é apresentado o resultado da análise de regressão múltipla através da qual se procura saber qual o grau de explicação que as variáveis taxa de câmbio real Real/Peso, PIB do Brasil e PIB da Argentina tem do comportamento do saldo comercial do Brasil e Argentina.

O modelo econométrico teve por base o modelo de ZINI JR. (1995), que foi adaptado para este artigo. No modelo trabalhado o saldo da balança comercial do Brasil e Argentina tem uma *relação direta* com a taxa de câmbio real Real/Peso e com o PIB da Argentina e, por outro lado, uma *relação inversa* com o PIB do Brasil. Ou seja, de acordo com a teoria econômica se espera que uma depreciação da taxa de câmbio Real/Peso e um crescimento do PIB da Argentina resultem numa melhoria da balança comercial Brasil/Argentina. Também um crescimento do PIB no Brasil teria como efeito uma piora no saldo comercial Brasil/Argentina, isto devido a que as importações do Brasil têm uma relação direta com o PIB do país, segundo a teoria econômica.

O modelo trabalhado tem a seguinte forma:

$$Y = \text{const} + \beta_2 X_2 - \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \epsilon$$

onde:

Y = Saldo da balança comercial Brasil e Argentina

Const = constante

β = estimadores

X₂ = taxa de câmbio real

X₃ = renda interna – PIB do Brasil

X₄ = renda externa – PIB da Argentina

ϵ = erro, variável aleatória

A partir do modelo econométrico estimado foram utilizadas técnicas de regressão múltipla para avaliar os efeitos das variáveis dependentes sobre o Saldo da Balança Comercial. Foram utilizados dados trimestrais que vão do primeiro trimestre de 1992 até o primeiro trimestre de 2002. Os dados foram coletados junto a órgãos estatísticos do Brasil e da Argentina.

A tabela 1, apresentada a seguir, apresenta os principais resultados da regressão. Pode verificar-se que o saldo comercial Brasil/Argentina responde positivamente a mudanças na taxa de câmbio real Real/Peso. Isto

confirma aquilo previsto na teoria econômica, ou seja que há uma *relação direta* entre balança comercial e câmbio real.

Tabela 1 – Resultado para regressão Brasil-Argentina

Const	X2	X3	X4	R ²	DW	EST F
390,8675	1,1260	-4,6481	0,79803	0,68914	1,0378	27,3419
	(3,6890)	(-6,1429)	(0,9730)			

Fonte: Elaborada a partir dos dados da regressão.

Notas: R² = Coeficiente de determinação múltipla.

Os valores entre parênteses são estatísticas t.

Est. F = Testa o efeito conjunto das variáveis explicativas sobre as dependentes.

DW é a estatística de DURBIN WATSON.

Igualmente, na tabela 1 pode se observar que o coeficiente -4,6481 indica que há uma relação inversa entre balança comercial e PIB do Brasil, confirmando aquilo previsto na teoria; ou seja, aumentos na renda interna geram efeitos negativos no saldo comercial.

Em relação à variável renda externa-PIB da Argentina se confirmou a previsão da teoria de que há uma relação direta entre PIB da Argentina e Saldo da Balança Comercial Brasil-Argentina. O coeficiente da variável X₄ = 0,79803 indica que há uma relação direta.

O coeficiente de determinação múltipla (R²), apresentado na tabela 1 mostra que 68,91% das variações do saldo comercial Brasil/Argentina são explicadas pelas variações da taxa de câmbio real, da renda interna e da renda externa.

O teste F para a análise da significância dos coeficientes mostra que as variáveis em conjunto são significativas na determinação do Saldo da Balança Comercial ao nível de 5%. O teste de DURBIN WATSON (d = 1,0378) aceita a presença de autocorrelação de primeira ordem ao nível de significância de 5%.

A estatística t indica que a influência da taxa de câmbio e da renda interna sobre o SBC é estatisticamente significativa, com uma probabilidade de erro de 5%, já o coeficiente

para a renda externa, novamente, não é significativo.

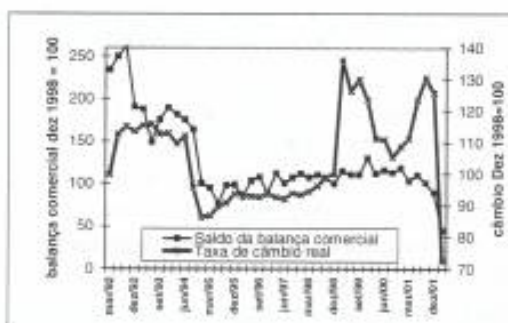
O teste de heteroscedasticidade (teste de Quandt-Goldfeld) indica que o F observado (F = 27,3419) é maior que F_c (4,6803), desse modo rejeita-se a hipótese nula de homoscedasticidade.

Assim o resultado da regressão mostra que as variáveis taxa de câmbio real Real/Peso, renda interna-PIB do Brasil e renda externa-PIB da Argentina são significativas para explicar as variações do saldo da balança comercial brasileira do período 1992 até 2002.

O contexto macroeconômico no Brasil e na Argentina

O Gráfico 1 mostra que entre 1992 e até junho de 1994 a taxa de câmbio real Real/Peso estava desvalorizada. Isto permitia ao Brasil obter superávits comerciais com a Argentina. Entre 1994 e 1998, o gráfico 1 também mostra uma queda na curva da taxa de câmbio mostrando a apreciação que o real sofreu nesse período, assim a curva da balança comercial também mostra uma inflexão mostrando uma piora do saldo comercial. Finalmente de 1999 até 2001, o mesmo gráfico mostra uma elevada depreciação do real em relação ao peso, situação que é revertida em 2002 quando a Argentina finalmente abandona o regime de câmbio fixo de 1 por 1 com o dólar, passando a flutuar e a depreciar-se.

Gráfico 1: Balança comercial Brasil-Argentina e taxa de câmbio real Real/Peso



Fonte: Elaboração própria com base a dados dos Bancos Centrais do Brasil e da Argentina e do IBGE e Instituto Nacional de Estatística de Censos da Argentina.

Considerando os anos de 1990 até 1998, conforme é mostrado na tabela 2 apresentada a seguir, as exportações do Brasil para a Argentina cresceram de um percentual de 2% para 13% (de US\$645 milhões para US\$6.748 bilhões). Por outro lado, nesse mesmo período as importações brasileiras da Argentina cresceram de 7% para 14%, ou seja duplicaram sua participação. Em 1998, na véspera da alteração do regime cambial brasileiro, o déficit comercial com a era de quase US\$ 1,3 bilhões.

Tabela 2 Comércio exterior Brasil-Argentina

Anos	Intercâmbio Brasil-Argentina (dados em US milhões)			Participação da Argentina no comércio exterior do Brasil	
	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	Nas exportações	Nas importações
1990	645	1.399	-754	2%	7%
1991	1.476	1.614	-138	5%	8%
1992	3.039	1.731	1.308	8%	8%
1993	3.658	2.171	1.487	9%	11%
1994	4.135	3.661	474	10%	11%
1995	4.041	5.591	-1.550	9%	11%
1996	5.170	6.805	-1.635	11%	13%
1997	6.767	7.941	-1.174	13%	13%
1998	6.748	8.034	-1.286	13%	14%
1999	5.363	5.812	-448	11%	12%
2000	6.232	6.843	-611	11%	12%
2001	5.002	6.205	-1.203	9%	11%
2002	2.341	4.747	-2.406	4%	10%

Fonte: Elaboração própria com base a dados dos Bancos Centrais do Brasil e da Argentina e do IBGE e Instituto Nacional de Estatística de Censos da Argentina.

Deve-se ressaltar que, entre 1992 e 1994, o Brasil teve superávits comerciais com a Argentina. Estes superávits são explicados pela política cambial ativa de depreciação da moeda brasileira praticada durante o Governo Collor-Itamar e pelo crescimento expressivo da economia Argentina, impulsionada pelo Plano Cavallo, que aumentou a demanda de importações do Brasil desse país.

Entre 1995 e 1998, conforme mostrado na tabela 1, o Brasil passou a ter déficits comerciais com a Argentina. Este período coincide com a apreciação do Real, resultante da nova política cambial de flutuação com bandas cambiais aplicada na gestão de Gustavo Franco no Banco Central do Brasil, e também, com a recuperação do crescimen-

to econômico no Brasil decorrente do Plano Real.

Após a alteração do regime cambial brasileiro, em janeiro de 1999 quando o Real passou a flutuar frente ao dólar e as demais moedas estrangeiras, em menos de 2 meses, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999, o Real se depreciou *em termos reais* em 46% em relação ao peso argentino, conforme é mostrado no gráfico 1. Entre 1999 e 2001 o Brasil ainda manteve um patamar de exportações entre US\$ 5 e 6 bilhões para a Argentina. No ano 2002 frente à acentuada recessão da Argentina, explicitada numa queda de 11% no PIB provocada pelo fim da paridade fixa do peso com o dólar, vigente desde 1991 e também pelo "corralito" (o congelamento de ativos financeiros), as exportações brasileiras para a Argentina caíram para o patamar de US\$ 2,3 bilhões.

Deve-se ressaltar que entre 1998 e 2002, enquanto o Brasil teve um crescimento econômico acumulado de 8,3% a Argentina decresceu, apresentou uma queda de 18,4% no PIB. Como resultado de tudo isso, em 2002 o fluxo de comércio entre os dois países tinha se reduzido à metade, de quase US\$ 15 bilhões em 1998 para US\$7 bilhões em 2002. Isto mostra claramente como as variações que ocorreram na taxa de câmbio Real/Peso e no PIB do Brasil e, principalmente da Argentina, onde houve uma recessão profunda entre 1998 e 2002, influíram no fluxo comercial entre esses dois países.

A desvalorização da moeda brasileira ocorrida em janeiro de 1999 trouxe à tona a fragilidade da economia brasileira diante das pressões externas. Desde a crise do México, em fins de 1994, a desconfiança sobre a sustentabilidade do Plano Real aumentou, a dependência de recursos externos e endividamento foram as principais consequências do Plano Real e que, por fim, levou o país a uma situação internacional altamente vulnerável.

Segundo FERRARI FILHO (2001), em relação ao desequilíbrio externo e levando em consideração a desvalorização do real, o Brasil ainda está longe de superar a posição de elevada vulnerabilidade externa pelos seguintes motivos:

- Necessidade de poupança externa, tendo como referência os saldos negativos acumulados na década de 90;

- O processo de abertura comercial durante a década de 90 deixou a economia brasileira muito dependente de insumos importados;

- Novos choques externos e a constante crise Argentina, a qual resulta em desequilíbrio no Mercosul.

A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar estabeleceu um estímulo ao mercado exportador atingindo os importadores argentinos. VEGAS (1999), aponta dois elementos que, segundo ele, são determinantes no fluxo de comércio entre Brasil e Argentina, ou seja: o nível de atividade da economia e o tipo de câmbio real. Segundo esse autor, a demanda da economia brasileira pode ser responsável pelo volume das exportações argentinas de bens manufaturados e semimanufaturados. Posto isso, o autor destaca algumas conseqüências positivas da desvalorização do Real no comércio bilateral:

- Este desequilíbrio cambial pode acelerar as negociações para a obtenção de certificados e equivalências para produtos industriais, alimentos e da área de saúde;

- Maior utilização do protocolo de solução de controvérsias; e

- A crise cambial demonstrou a real necessidade de *avançar na coordenação macroeconômica para aprofundar o processo de integração.* (Grifo nosso)

Mesmo com a desvalorização do Peso argentino, em março de 2002, as exportações desse país não tiveram o boom esperado. Ao que parece o resultado positivo no saldo da balança comercial em 2002 deve ser atribuído à queda das importações, ocasionada pela redução da renda interna da Argentina causada pela recessão.

Conclusão

A década de 90 é marcada por uma forte aproximação comercial do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul. Atualmente existem divergências na coordenação de políti-

cas macroeconômicas. O comércio bilateral Brasil/Argentina apresentou divergência na política cambial durante a década de 90. A Argentina utilizou um sistema de câmbio fixo com paridade Peso/Dólar de 1991 até 2002, quando desvalorizou o peso e a moeda passou ao regime de câmbio flutuante. O Brasil apresentou um câmbio depreciado entre 1992 e 1994 e apreciado entre 1995 e 1998; após isso o país adotou o câmbio flutuante em 1999, sistema que se mantém até hoje.

Este artigo procurou demonstrar os efeitos que a taxa de câmbio real Real/Peso, a renda interna-PIB do Brasil e a renda externa-PIB da Argentina têm no saldo da balança comercial (SBC) Brasil/Argentina. Os resultados da regressão efetuada são condizentes com a teoria econômica para as três variáveis analisadas. As variáveis taxa de câmbio real e renda externa-PIB da Argentina têm uma relação direta e positiva com o saldo da balança comercial Brasil-Argentina; por outro lado renda interna-PIB do Brasil tem uma relação inversa.

O sinal positivo da variável taxa de câmbio real Real/Peso está de acordo com a literatura, significando que aumentos da taxa de câmbio geram superávit na balança comercial. A renda interna-PIB do Brasil, com sinal negativo, significa que quando a renda interna aumenta o SBC apresenta resultados deficitários por conta do aumento das importações da Argentina. Em relação à renda externa-PIB da Argentina, o SBC varia proporcionalmente às variações desta, significando que quando houver um incremento na renda externa as compras iram aumentar resultando em um saldo comercial superavitário para o Brasil.

O coeficiente de determinação múltipla R^2 , para este período, indicou que a taxa de câmbio real, as rendas internas e externas são responsáveis por 69% das variações do SBC.

O processo de integração econômica exige um certo equilíbrio macroeconômico em variáveis como preço, câmbio e moeda, fundamentais para relações comerciais. O acordo de integração poderá encontrar sérios obstáculos se existirem variações signifi-

cativas no poder de compra das moedas dos países. Distorções na taxa de câmbio leva a distorções no fluxo de comércio, o que contraria o proposto no acordo de integração.

Referências Bibliográficas

- BONELLI, Régis. O câmbio, o acordo automotivo e o Mercosul. **Gazeta Mercantil** [online] Disponível na Internet via <http://www.embarg.org.br/ArtBonelli020200.htm>. Arquivo capturado em 4/2/2003.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. [online] disponível na Internet via <http://www.bcb.gov.br> Arquivo capturado em 22/04/2003.
- BANCO MUNDIAL. [online] disponível na Internet via <http://www.worldbank.org> Arquivo capturado em 17/04/2003.
- CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL. [online] disponível na Internet via <http://www.cei.org.ar> Arquivo capturado em 21/04/2003.
- FERRARI FILHO, F. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico?. **Análise Econômica**. Porto Alegre: n° 35, p. 5-21, março/2001.
- FVG, FGV dados. [online] disponível na Internet via. <http://www.fgvdados.fgv.br> Arquivo capturado em 23/04/2003.
- FREITAS, Carlos Eduardo. Coordenação de políticas macroeconômicas no Mercosul. [online] Disponível na Internet via <http://www.mre.gov.br/unir/webunir/Bila/16/1artigos/4freitas.htm>. 1995 Arquivo capturado em 14/2/2003.
- GARCIA, Álvaro Antônio. A crise cambial e seus desdobramentos. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: v. 27, n° 2, p. 71-97, setembro/1999.
- GONÇALVES, Reinaldo et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. [online] disponível na Internet via <http://www.ibge.gov> Arquivo capturado em 19/04/2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA Y CENSOS. [online] disponível na Internet via <http://www.indec.gov>. Arquivo capturado em 16/04/2003.
- INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. [online] disponível na Internet via <http://www.ipeadata.gov.br> Arquivo capturado em 22/04/2003.
- KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e prática**. São Paulo: Makron books, 2001.
- MATOS, O. C. **Econometria básica teoria e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1997. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. <<http://www.mdic.gov.br>>.
- PALACIOS, Ariel. Superávit comercial deve ultrapassar US\$ 16 bi. **O Estado de São Paulo**. [online] Disponível na Internet via <http://www.estado.estadao.com.br> Arquivo capturado em 17/2/2003.
- ROBSON, Peter. **Teoria econômica da integração internacional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1985, 336p.
- SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1998, 436p.
- VEGAS, Jorge H. H. Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre o Brasil e a Argentina. [online] Disponível na Internet via <http://www.embarg.org.br/Conjjhhv211099.htm>. Arquivo capturado em 5/2/2003.
- ZINI JÚNIOR, A. A. **Taxa de câmbio e política cambial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

Contato dos autores:

Ricardo Rondinel
E-mail: rondinel@smail.ufsm.br
Fone: 055-99593413

Olinda Barcellos
E-mail: olinda_barcellos@bol.com.br
Fone: 055-226-5293